

RESUMO EXPANDIDO

Categoria

Exposição de Painel

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (CÂMPUS MORRINHOS)

Adriana Maria da Silva (UEG); Flávio Reis dos Santos (UEG)

1 Introdução

A humanidade tem passado por grandes mudanças, especialmente, após o surgimento do processo industrial, que provocou a migração de pessoas para as cidades. O desenvolvimento técnico, científico e as inovações tecnológicas associadas ao crescimento contribuíram substancialmente para o estabelecimento da sociedade de consumo.

Essas transformações produziram consequências negativas em todo o planeta, pois o meio ambiente natural passou a sofrer cada vez maior a intervenção do homem que, por sua vez, resultaram em graves problemas ambientais. Os impactos causados pelas intervenções antrópicas têm acelerado o processo de esgotamento dos recursos naturais, o que demanda a implantação de políticas públicas afirmativas para a proteção e preservação ambiental assentada nos pressupostos da sustentabilidade ambiental .

Nesse sentido, a Educação Ambiental constitui recurso fundamental para a participação de diversas comunidades escolares/acadêmicas no processo de conscientização e envolvimento tanto na identificação de problemas ambientais quanto na construção de medidas que amenizem os seus impactos ou que apontem possíveis soluções para resolver tais problemas, como, por exemplo, reduzir os problemas causados pelo intensivo uso de agrotóxicos na agricultura que causam transtornos para a saúde humana e prejudicam a fertilidade do solo.

RESUMO EXPANDIDO

As razões para que parte da sociedade contemporânea e alguns países tenham despertado para as questões ambientais e dispensado maior atenção para os graves impactos que o desenfreado desenvolvimento econômico capitalista produziu no último século em decorrência da intensificação irresponsável na exploração dos recursos naturais.

A partir década de 1960, os problemas ambientais ganharam espaço e passaram a ser discutidos nas mais diversas regiões do mundo. A atenção com a construção de instrumentos e mecanismos para a conscientização da sociedade, bem como para contenção da devastação do meio natural ganharam maior expressão. No Brasil, a Educação Ambiental é pensada nessa direção, resultado da criação de uma política nacional para a preservação do meio ambiente, em 1981.

Nestes trilhos, o Governo Federal do Brasil criou em 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) – reorganizado em 2003; 2005; 2014 –, que tem na educação ambiental um dos principais instrumentos para a gestão ambiental em nosso país; apresenta perspectivas pedagógicas críticas e emancipatórias, que exprimem a materialidade das ações educativas para transpor as dificuldades impostas pelo sistema capitalista que caracterizam das diferenças sociais, econômicas, culturais e ambientais, potencializadas pela massificação produtiva e consumismo exacerbado.

O Artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (RES. n. 2, de 15 de junho de 2012) expressa que:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

Assentados em tais fundamentações, pretendemos com a presente pesquisa investigar a percepção de Educação Ambiental dos acadêmicos dos cursos de graduação em Ciências Biológicas (CB), Geografia (G) e História (H) do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás.

RESUMO EXPANDIDO

Portanto, a nossa perspectiva se estende ainda, para a possibilidade de identificar a compreensão que os acadêmicos têm acerca do meio ambiente em que estão inseridos, considerando que a educação ambiental pode contribuir para a solidificação teórico-metodológica da reorganização acadêmica do campus como espaço político privilegiado para a produção e acomodação social (TOZONI-REIS, 2003).

2 Problematização

Em meio à série de problemas ambientais que afetam a sociedade contemporânea como a poluição das águas e dos solos por rejeitos de agrotóxicos, contaminação do ar pela emissão de gases poluidores, aquecimentos global, depredação e degradação do meio natural – dentre outros – pelo constante expansionismo produtivista capitalista, intensificados nas últimas décadas, entendemos que há a necessidade de sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás para as questões ambientais, na perspectiva de que possam difundir a urgência em preservar a vida dos seres vivos e do meio ambiente.

A observação de tal contexto produziu e motivou as nossas inquietações em direção à construção dos seguintes questionamentos: 1) Quais informações e entendimentos têm os acadêmicos das Licenciaturas em Ciências Biológicas (CB), Geografia (G) e História (H) do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás sobre a Educação Ambiental enquanto instrumento de auxílio na preservação do meio ambiente? 2) O processo de conscientização dos acadêmicos e a compreensão da importância da Educação Ambiental no currículo pode, de fato, contribuir para a difusão da necessidade de preservação do meio ambiente no interior do Campus e na comunidade local?

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral

□ O objetivo primeiro desta pesquisa é investigar a concepção que os acadêmicos dos cursos de graduação em Ciências Biológicas, Geografia e História do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás têm sobre a Educação Ambiental.

3.2 Objetivos Específicos

RESUMO EXPANDIDO

- Identificar o entendimento que os acadêmicos têm acerca do meio ambiente em que estão inseridos;
- Promover e ressaltar a importância da educação ambiental no espaço acadêmico e na comunidade morrinhense.

4 Referencial Teórico

A Educação Ambiental tem como marco a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, que concentrou a discussão dos problemas do meio ambiente imbricada ao processo educativo e interdisciplinar como instrumento de conscientização, tendo em vista a participação ativa e responsável de toda a sociedade. A Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, dentre um conjunto-síntese das discussões, definiu que:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977).

Compreender o processo formativo em Educação Ambiental é ressaltar uma série de contextos, que principia em espaços e tempos – similares e/ou distintos – e estendem-se à vivência, atuação profissional, política e pesquisa. Assim sendo, a oportunidade pedagógica de compreensão e formulação participativa e de fortalecimento de políticas públicas socioambientais se encontram na convergência com os objetivos e princípios da Educação Ambiental. De acordo com o Artigo 1º da Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) a Educação Ambiental deve entendida como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

RESUMO EXPANDIDO

A Educação Ambiental como processo de mediação dos interesses e conflitos estabelecidos entre os diferentes agentes sociais que agem sobre o meio ambiente exige cada vez mais a participação popular, visto que:

[...] tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e ambiental da população, com o fim maior de garantir o desenvolvimento sustentável, formando cidadãos aptos [...] para que desenvolvam ações transformadoras contínuas, com o intuito de reverter o processo de degradação socioambiental existente (CARVALHO; OLIVEIRA, 2003, p. 11).

Com uma Educação Ambiental efetiva e permanente inserida na comunidade acadêmica, a divulgação e estreitamento da relação homem/natureza pode começar a ser transformada e a aplicação dos princípios da sustentabilidade pode significar um primeiro passo.

Reiteramos que a Educação Ambiental tem a função de promover a conscientização socioambiental na sociedade e despertar a consciência das pessoas em relação à preservação e conservação do meio ambiente, sobretudo, o natural.

Acreditamos ser pertinente apontar a nossa apreensão sobre a educação, que deve ser entendida por meio dos determinantes históricos e de sua incidência sobre o campo educacional – e, nesta pesquisa, a Educação Ambiental está contida nesta concepção. É preciso considerar a prática social como ponto de partida e de chegada para que possamos compreender a função da educação na sociedade, sem perder de vista que a transformação social exige, necessariamente, uma nova prática social. Em outras palavras, no seio da prática social global é a educação que desempenha a função mediadora, assentada em três momentos: problematização, instrumentação e catarse (SAVIANI, 2013).

A educação não é, não pode ser, segundo Demerval Saviani (2013), um fim em si mesma, pois constituiu-se numa mediação no interior da prática social, orientada pela “filosofia da práxis” – a teoria responsável pela articulação entre teoria e prática. Portanto, a práxis, de acordo com Saviani, constitui:

[...] um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso

RESUMO EXPANDIDO

significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas consequências necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada (SAVIANI, 2013, p. 120).

Portanto, devemos entender a educação como parte inclusa no movimento dialético de transformação da realidade, em que abarca tanto as formas de produção das relações sociais quanto a sua própria inserção em tal movimento (BATISTA; LIMA, 2012). Saviani (2013) ressalta a necessidade em se compreender, de forma imprescindível, o problema das relações sociais, pois se a educação constitui a mediação no interior da prática social global e a humanidade desenvolve-se historicamente, significa que:

[...] uma determinada geração herda da anterior um modo de produção com os respectivos meios de produção e relações de produção. E a nova geração, por sua vez, impõe-se a tarefa de desenvolver e transformar as relações herdadas das gerações anteriores. Nesse sentido, ela é determinada pelas gerações anteriores e depende delas. Mas é uma determinação que não anula a sua iniciativa histórica, que se expressa justamente pelo desenvolvimento e pelas transformações que ela opera sobre a base das produções anteriores. À educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais (SAVIANI, 2013, p. 121).

Não estamos a defender ideias desconectadas dos sentimentos dos sujeitos, mas sim preocupados e dedicados à sua instrumentalização para a compreensão das contradições constantes em suas realidades, em que se ressalta a destruição do meio em que vivem. A teoria determina a prática, “dá consistência e coerência à prática adequando-a às finalidades que são a sua razão de ser. Quanto mais sólida for a teoria que orienta a prática, mais consistente e eficaz será a atividade prática” (BATISTA; LIMA, 2012, p. 33-34).

5 Material e Métodos

Na expectativa de verificar o entendimento que os acadêmicos das Licenciaturas em Ciências Biológicas (CB), Geografia (G) e História (H) do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás possuem sobre a Educação Ambiental enquanto instrumento de auxílio na preservação do meio ambiente, construímos um questionário

RESUMO EXPANDIDO

com oito perguntas estruturadas objetivas e uma questão aberta para que pudessem expressar as suas mais considerações sobre os questionamentos fechados (objetivos).

Optamos por realizar uma análise quanti-qualitativa dos dados colhidos, pois entendemos que a preocupação do pesquisador não deve restringir-se à representatividade numérica exclusivamente do grupo investigado – que possui, inegavelmente, a sua importância no processo de pesquisa –, mas deve estender-se à compreensão da realidade, das práticas e das relações sociais que caracterizam a comunidade pesquisada (SAVIANI, 2013).

Aplicamos os questionários para oitenta e seis acadêmicos matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Geografia e História. Sessenta duas (72,09%) mulheres responderam ao questionário e, portanto, vinte quatro homens (27,91) completaram o total de oitenta e seis entrevistados, numa varia etária bastante variada: entre 17 e 54 anos.

6 Resultados e Discussão

Dos oitenta e seis acadêmicos questionados acerca de sua percepção do conceito de Educação Ambiental constatamos que ampla maioria apresenta um bom entendimento do mesmo, visto que, coincidindo com os percentuais de homens e mulheres entrevistados, 72,09% apontam definições que se aproximam das abordagens dispostas neste estudo e, 27,91 não têm um conceito formado sobre a “Educação Ambiental”. A quantidade de acadêmicos que apresenta uma concepção formada sobre a Educação Ambiental é mais expressiva na Graduação em Ciências Biológicas, em que 92% dos entrevistados apontam convictamente o seu entendimento sobre o conceito.

Perguntados sobre a concepção que possuem sobre o que vem a ser “desenvolvimento sustentável” (observar nota de rodapé n. 1 como base-referência) chegamos aos seguintes percentuais: 1) Nas Ciências Biológicas, 98% dos acadêmicos exprimem os seus entendimentos sobre o tema; 2) 68% dos acadêmicos da Geografia afirmam que entendem o significado de sustentabilidade ambiental em oposição a 32% que, apontaram não ter qualquer entendimento sobre o assunto; 3) Os percentuais verificados na História são bastante próximos daqueles apresentados pela Geografia, a saber: 67% inferem que têm uma concepção formada sobre o tema e, 33% afirmam que

RESUMO EXPANDIDO

não. As matrizes curriculares das Licenciaturas em Geografia e História não contam com disciplina “Educação Ambiental”, ao contrário da Licenciatura em Ciências Biológicas.

Perguntados sobre a importância (ou não) da “Educação Ambiental” como disciplina regular dos currículos dos três cursos, obtivemos as seguintes indicações: 1) Ciências Biológicas: 100% expressaram que a disciplina é importante para o seu processo formativo; 2) Geografia: 86% apontaram que a disciplina é importante para a sua formação e, portanto, deveria compor a matriz curricular do curso; 3) História: 71% indicaram a disciplina como sendo importante para a sua formação acadêmica, devendo ser incluída na matriz curricular e 29% afirmaram que a Educação Ambiental não deve fazer parte do currículo do curso.

Questionamos os oitenta e seis acadêmicos se as pessoas contribuem para a degradação do meio ambiente em que estão inseridas? As respostas (percentuais) foram relativamente equilibradas, visto que 59% dos entrevistados das Ciências Biológicas, 56% da Geografia e 62% da História afirmam que não colaboram para a destruição do meio ambiente e, respectivamente, 41% (CB), 44% (G) e 38% (H) ineriram que não degradam o meio ambiente.

A quinta questão versou sobre a importância da informação dos assuntos que dizem respeito (direta e/ou indiretamente) à preservação do meio ambiente. A ampla maioria dos entrevistados declarou que é muito importante ter informação tanto sobre a degradação quanto sobre a preservação do planeta (97%).

Na sequência perguntamos aos acadêmicos do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás se acreditam existir problemas ambientais no município e chegamos aos seguintes números: nas Ciências Biológicas 98% afirmam que sim; na Geografia, 99% creem que sim; e, na História, apenas 57% acreditam na existência de problemas ambientais em Morrinhos/GO.

Questionados sobre a existência de políticas públicas assentadas para o meio ambiente assentadas em ações sustentáveis em Morrinhos, obtivemos as seguintes respostas (porcentagens): 72% dos acadêmicos das Ciências Biológicas afirmaram que não existem tais práticas políticas no município; na Geografia o percentual se inverte, ou seja, 69% dos entrevistados apontam para a existência de ações políticas para a sustentabilidade ambiental por parte do governo municipal; 63% dos acadêmicos do curso

RESUMO EXPANDIDO

de História engrossam o percentual dos que não acreditam na existência de políticas públicas sustentáveis em Morrinhos. Portanto, dos oitenta e seis entrevistados, apenas vinte e nove (33,8%) apontam que há por parte do município a prática de políticas à preservação de maneira sustentável para o meio ambiente.

Setenta e três acadêmicos, ou seja, 84,95% dos entrevistados inferiram, que a partir da conscientização e maior acesso às informações sobre a temática é possível sim colaborar para a difusão da importância de se preservar o planeta em busca de ações que amenizem os impactos causados pela ação destrutiva do sistema capitalista de produção e, portanto, da ação inconsequente do homem.

7 Considerações Finais

É possível afirmar que a Educação e, portanto, a Educação Ambiental deve movimentar-se pelas práticas e relações sociais em constante transformação para a construção de novas práticas e relações sociais concretas. Entendemos que é a ação material do sujeito que promove as transformações no local, na comunidade, na sociedade em que está inserido.

Nesse sentido, a educação desempenha a mediação para a transformação da sociedade, na medida em que informa, constrói e difunde conhecimento assentada na práxis – imbricação entre prática e teoria –, entendemos que podemos conscientizar distintos grupos sociais e, neste caso, os acadêmicos do Campus Morrinhos da Universidade Estadual de Goiás sobre a importância da Educação Ambiental e estratégias afirmativas para a sustentabilidade que privilegiem, de fato, o meio ambiente e a humanidade em sua totalidade e, não apenas pequena parcela da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que detêm os recursos e os meios de produção.

Faz-se necessário questionar, planejar, preparar para transformar as práticas que se estabeleceram na destruição dos recursos naturais; precisamos repensar as ações e as relações em sociedade, em especial, as relações entre os homens e o meio ambiente natural, contexto em que a Educação Ambiental pode constituir importante instrumento para a transformação de tais relações.

Entendemos que a criatividade do acadêmico diante das dificuldades de nossa realidade tem condições de se exprimir na forma como ele assimila tais relações, as

RESUMO EXPANDIDO

transforma e as difunde. O acadêmico materializado constitui uma síntese de inúmeras determinações, estabelecidas como relações sociais. E ao professor, está posta “a tarefa de realizar a mediação entre o conhecimento desenvolvido e sistematizado socialmente e o aluno, para que este possa também apreender de forma sintética as relações sociais” (BATISTA; LIMA, 2012, p. 29).

Palavras Chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Sustentabilidade

Referências:

BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência filosófica à prática revolucionária. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme (Orgs). Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas: Autores Associados, 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Brasília: MEC/CNE/CP, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 1994. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. 2 ed. Brasília: MMA, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. 2 ed. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. 2 ed. Brasília: MMA, 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: 20 set. 2015.



RESUMO EXPANDIDO

BRASIL. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/MMA/UNESCO, 2007.

CARVALHO, Anésio Rodrigues; OLIVEIRA, Mariá Vendramini Castrignano. Princípios básicos de saneamento do meio. São Paulo: Senac, 2003.

Conferência Intergovernamental de Tbilisi. Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Geórgia/União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), 14-26 out. 1977. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa em Educação Ambiental na Universidade: produção de conhecimentos e ação educativa. In: TALAMONI, Jandira, L. B.; SAMPAIO, Aloísio Costa. Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.